

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.645.198 - PB (2020/0001747-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MUNICIPIO DE CATINGUEIRA
ADVOGADO : ANTONIO EUDES NUNES DA COSTA FILHO - PB016683
AGRAVADO : FRANCICLEUDO OLIVEIRA DANTAS
ADVOGADO : MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA - PB004007

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE TERÇO DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO E INDENIZAÇÃO PELO NÃO CADASTRAMENTO NO PASEP SENTENÇA QUE CONDENOU A EDILIDADE AO PAGAMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E SEUS REFLEXOS ALEGAÇÃO DE SENTENÇA CITRA PETITA ART 1013 §3º III DO CPC ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE NÃO TROUXE PROVAS DO PAGAMENTO DIREITO AO PAGAMENTO DO TERÇO DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO OBSERVADA PRESCRIÇÃO QÜINQUÊNAL AUSÊNCIA DE CADASTRAMENTO NO PROGRAMA PASEP INDENIZAÇÃO DEVIDA IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM PERÍODO ANTERIOR À PUBLICAÇÃO DE LEI ESPECÍFICA PREVENDO OS PERCENTUAIS E GRAUS DE INSALUBRIDADE PROVIMENTO PARCIAL DO APELO

Alega violação do art. 373, I do Código de Processo Civil e do art. 185 do Decreto-Lei n. 5.452/1943, bem como da Portaria do Ministério do Trabalho n. 3.214/98, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

[...] para o TJPB a mera previsão objetiva da concessão de insalubridade na norma já concederia o direito da insalubridade independentemente de laudo pericial. Contudo, no entendimento da Recorrente a norma somente pode ser aperfeiçoada, no caso concreto, caso configure o objeto por ela tutelado: a insalubridade. (fls. 471).

[...]

Assim, a partir da análise do Acórdão é possível constatar a ausência de perícia técnica para constatar o grau de insalubridade eventualmente exposto o agente, só podendo haver o pagamento do benefício após a realização de perícia técnica que aponte o grau de

insalubridade, nos termos legais. Isso porque, apesar da existência da previsão normativa da concessão do adicional de insalubridade, é fácil perceber que a norma regula um fato* qual seja: a insalubridade. Caso se constate, por meio de perícia judicial (que seria o meio hábil) que não há insalubridade no labor do servidor público, é que a norma não se aplica ao caso. (fls. 474).

É o relatório. Decido.

Verifica-se que o acórdão recorrido assim decidiu:

Consta nos autos perícia realizada em agente de combate a endemias do Município/Réu (fls.238/241), ou seja, em servidor que exerce a mesma função do Autor, cuja conclusão foi pela caracterização da atividade como insalubre em grau médio. Outrossim, a Lei Municipal nº 527/2012, prescreve, em seu art.3º, II, "a", que o servidor que desenvolva atividades ou operações em contato permanente com pacientes em unidades de saúde, serviços de emergência, posto de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao cuidado da saúde humana receberão adicional de insalubridade no percentual de 20% (vinte por cento) do salário mínimo vigente (fl. 445) .

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Ademais, a controvérsia posta gira em torno da correta interpretação da

legislação local, qual seja, a Lei Municipal n. 527/2012. Assim, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 280/STF, aqui aplicada por analogia, uma vez que não é cabível a interposição de recurso especial alegando ofensa a dispositivo de lei estadual ou municipal.

Nesse sentido: “Quanto à alegação de afronta à Lei Estadual 14.939/2004, a análise de dispositivos de legislação local é pretensão insuscetível de ser apreciada em Recurso Especial, conforme a Súmula n. 280/STF: 'Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário'” (REsp 1.699.402/GO, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 6/2/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1334776/RJ, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 11/12/2018; REsp 1.758.936/MG, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt no REsp 1699361/RO, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 13/6/2018; e AgInt no AREsp 1056158/RJ, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1º/6/2017.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente